



REQUERIMENTO

Requer a necessidade de trazer ao conhecimento público urgentemente se alguma das pessoas jurídicas de Direito Público ligadas à Prefeitura Municipal de Sorocaba, como a FUNSERV, se fez investimentos em algum dos fundos ligados direta ou indiretamente ao Banco Master.

CONSIDERANDO a necessidade de trazer ao conhecimento público urgentemente se alguma das pessoas jurídicas de Direito Público ligadas à Prefeitura Municipal de Sorocaba, como a FUNSERV, se fez investimentos em algum dos fundos ligados direta ou indiretamente ao Banco Master;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste vereador que fundos previdenciários de servidores públicos de cidades do interior paulista teriam investido importâncias monetárias relevantes em fundos de investimentos “podres” (sem lastro) ligados direta ou indiretamente à fraude financeira do Banco Master, a qual não se tem precedentes no Brasil;

Nessa linha, CONSIDERANDO que o fundo previdenciário administrado pela FUNSERV é de extrema importância para se garantir o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais de Sorocaba e de seus familiares respectivamente.

CONSIDERANDO que é de conhecimento público que a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar em geral da população de toda a Região Metropolitana de Sorocaba, sobretudo dos servidores públicos municipais de Sorocaba, na ativa, e os aposentados, assim como os seus pensionistas;

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando nos informar o que segue:

1. A FUNSERV efetuou direta ou indiretamente algum investimento em algum dos fundos ligados ao Master? Justifique.
 - 1.1. Se sim, informe qual valor investido, de quando foram realizados os aportes, bem como a respectiva importância. Ex.: A FUNSERV investiu R\$5.000.000,00 (cinco milhões) de investimento, em 5 parcelas, feitas de janeiro a maio de 2023, na importância de R\$1.000.000,00, cada.
 - 1.2. Caso tenha sido feito algum tipo de investimento, informe se a FUNSERV teve lucro, se sim, aponte o valor, bem como aponte se teve prejuízo, e seu eventual valor.
 - 1.2.1. Caso tenha tido algum prejuízo, informe as medidas em curso, ou que serão tomadas para reaver tais valores, ou mesmo mitigar o máximo possível os eventuais prejuízos.
2. A Fazenda Pública Municipal de Sorocaba em sentido amplo (na Pessoa Jurídica Direta, ou em alguma das pessoas jurídicas da Administração Pública Indireta) fez algum investimento em fundos ligados ao Banco

Gabinete 2– Telefone (15) 3238-1132 – E-mail: vereadorfabiosimoa@camarasorocaba.sp.gov.br

Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 2945 - Alto da Boa Vista - CEP 18013-904.





CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO



- Master, se sim, informe qual, bem como responda as questões anteriores feitas à Funserv para essa outra “PJ” da Municipalidade Sorocabana;
3. Por fim, informe toda e qualquer informação, e, se for o caso, junte documentação pertinente respectiva para melhor elucidar o tema proposto pela presente propositura legislativa.

S/S., 23 de fevereiro de 2026.

FABIO SIMOA
Vereador

Gabinete 2– Telefone (15) 3238-1132 – E-mail: vereadorfabiosimoa@camarasorocaba.sp.gov.br
Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 2945 - Alto da Boa Vista - CEP 18013-904.



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código de verificação 3300320034005400320086003A005000. Originalmente assinado digitalmente e
art. 4º, Lei 14.066/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320031003400320036003A005000

Assinado eletronicamente por **Fábio Simoa Mendes Do Carmo Leite** em **23/02/2026 12:08**

Checksum: **B48103BC5944F860C6FF1EF4EF2BEB2DE1B302225285E6312AEC18DB080A65A8**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3300320031003400320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.